

EDITORIAL

Em um dos textos reunidos em seu mais recente livro, **Construindo Outra Educação** (Editora Insular, 2011), Dilvo Ristoff apresenta um diagnóstico da batalha educacional que o Brasil precisa enfrentar sem tréguas. Alerta que

[...] nossos inimigos nesta guerra não são pessoas, mas um estado de coisas – um conjunto de comportamentos, atitudes, políticas e equívocos que nos levaram ao longo dos anos à situação difícil em que hoje nos encontramos, e que precisamos urgentemente reverter. Por isso mesmo, as nossas primeiras batalhas terão que ser contra inimigos já há algum tempo bem identificados: (1) a falta de docentes licenciados nas disciplinas específicas da educação básica; (2) a evasão profissional dos professores licenciados; (3) a formação deficiente; (4) os currículos incompatíveis com a docência na educação básica; (5) o *apartheid* que separa a universidade da escola e a pós-graduação da graduação e a graduação da educação básica; (6) o fraco desempenho de nossos estudantes nos exames nacionais e internacionais; e (7) os ambientes escolares incompatíveis com o processo ensino-aprendizagem. Isto significa dizer – continua Ristoff – que não caberá descanso enquanto tivermos: (1) disciplinas da educação básica sem professores licenciados para ministrá-las; (2) evasão profissional de licenciados que encontre justificativa na falta de valorização do magistério; (3) licenciados sem suficiente experiência prática em sala de aula; (4) licenciados formados em cursos de licenciatura cujos currículos não tenham sido construídos especificamente para a formação de docentes para a educação básica; (5) algum nível de ensino desintegrado e distante do esforço nacional comum pela conquista da qualidade; (6) uma única escola insegura, e sem atmosfera propícia para o estudo e o convívio social e (7) alunos com desempenhos incompatíveis com o seu nível de escolaridade em exames como a Prova Brasil, o Enem e o PISA.

Em outra passagem, Ristoff alerta para um equívoco bastante veiculado em vários setores da sociedade:

Não procede a afirmação secular, repetida cotidianamente na grande mídia e em textos acadêmicos, de que o campus é um espelho da

sociedade e de que ele a reflete em todas as suas peculiaridades, privilégios, comoções e injustiças. Os dados mostram que o campus pode até ser um espelho da sociedade, mas é com certeza do tipo que distorce. Contas feitas, a conclusão a que se chega é uma só: sob muitos aspectos, os cursos de graduação hipertrofiaram as desigualdades sociais existentes. A oportunidade de acesso para estudantes pobres é um bom exemplo. Estudantes com renda familiar de até 3 salários mínimos, que na população brasileira representam 50%, na Enfermagem e Educação Física – cursos com percentuais mais próximos da realidade – representam apenas cerca de 30%.

Cada um dos temas levantados com muita acuidade e pertinência por Ristoff tem sido tratado amplamente na literatura educacional, mas os problemas teimam em persistir nos nossos meios educacionais e não têm sido objeto de políticas públicas consistentes e abrangentes. Os temas elencados remetem a alguns dos principais componentes dos grandes desafios da agenda contemporânea da educação. Destaque para as questões da formação docente, do conhecimento e da democracia. Esses desafios não se resolvem sem um amplo entendimento de que educação é um bem público essencial e, portanto, de responsabilidade coletiva. Também não se resolvem sem que se compreenda a educação como sistema que integra níveis, tempos e espaços de formação. Ainda mais: educação e instituições escolares, de todos os níveis, formas e tempos são dimensões e instâncias essenciais da sociedade. Daí que os conhecimentos e a formação precisam ter pertinência e relevância social. A educação superior no mundo todo vem experimentando transformações em grande parte oriundas das mudanças que ocorrem na sociedade global e, de modo especial, nas esferas da economia, do trabalho e do conhecimento. O conhecimento de base tecnológica adquiriu centralidade na economia global e informacional. Entender e atuar sobre o mundo de hoje é possivelmente mais complexo que no passado não muito longínquo, tantas são as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que nos assaltam com incomensurável rapidez e fluidez. A educação superior se coloca no epicentro das mudanças carregadas de novos desafios e oportunidades. Em meio às mudanças paradigmáticas da sociedade capitalista-global-informacional contemporânea, impõe-se à educação superior, particularmente à universidade, repensar seu papel essencial e público. Com relação a isso, duas das tarefas mais urgentes e necessárias consistem em tematizar os significados das transformações dos modos de produção e utilização do conhecimento e redefinir o conceito de público. O conhecimento, a ciência, a técnica, a formação são bens públicos

e, portanto, devem fundar o bem comum. O grande desafio é construir uma compreensão interdisciplinar dos problemas e questões dos setores técnico-científicos e ético-políticos. Faz enorme diferença entender a educação superior pela ótica pública ou pela lógica privada. Numa e noutra são distintas as finalidades do conhecimento e da formação. Portanto, há diferenças essenciais na concepção da qualidade desde uma lógica dos valores públicos e dos interesses empresariais, e profundamente distintas serão as finalidades educacionais e as missões institucionais que em uma e na outra visão se atribuem. A questão da qualidade tem tamanha centralidade nos discursos, práticas e políticas dos diversos atores das comunidades acadêmicas e dos operadores do Estado que não poderia deixar de ser um tema recorrente na revista *Avaliação*. Impossível tratar da qualidade e de avaliação (da qualidade) fora da discussão do público e do privado e de suas mútuas relações. Desde um ponto de vista público, a formação e o conhecimento que a educação superior deve promover devem estar comprometidos com o desenvolvimento humano e social e ser pertinentes diante dos problemas que temos que enfrentar na construção das sociedades e no desenvolvimento global culturalmente mais elevado e socialmente mais justo do planeta. Nos grandes círculos de produção de conhecimentos se estabelecem redes complexas de pesquisas e dados, muitos deles se tornando amplamente disponíveis nos espaços cibernéticos, de modo que estão em mudança as velhas relações de estudantes e professores com os conteúdos disciplinares. Agora tem mais valor o conhecimento voltado à solução de problemas contextualizados. Estas reflexões esparsas e ligeiramente esboçadas sugerem a necessidade de a educação superior (re)assumir seu papel fundamental como instituição central do conhecimento com sentido público, de formação em valores democráticos de cidadãos e, ao mesmo tempo, de construção e consolidação de uma sociedade cada vez mais justa e igualitária. Se esses são os grandes compromissos da educação superior, eles deveriam ser o principal objeto dos processos de avaliação.

No primeiro texto desta 58ª edição, **Ivam Ricardo Peleias, Janete de Fátima Mendonça, Vilma Geni Slomski e Ivani Catarina Arantes Fazenda** discutem o tema da interdisciplinaridade no ensino superior, pondo em foco uma disciplina de um curso de ciências contábeis. Concluem que, “embora os professores sejam sensíveis à importância da interdisciplinaridade na formação dos futuros contadores, persiste uma distância entre o falado, o pensado e o efetivamente praticado no contexto universitário”. O texto seguinte, de **Marcos Francisco Martins**, aborda referências avaliativas das ações educacionais

desenvolvidas por ONGs, sindicatos e partidos políticos, compreendendo a educação como um processo prático e catártico. Chega a uma dupla asserção conclusiva: “primeiro, que todo processo educativo resulta em alguma transformação e, segundo, que nem toda transformação resultante da educação é capaz de alterar as estruturas e superestruturas que caracterizam a totalidade da vida social”. O terceiro artigo, de **Maria Isabel da Cunha**, analisa criticamente o tema da aprendizagem ao longo da vida e avaliação do desempenho profissional. Contra a ideia de aprendizagem ao longo da vida tomada no sentido da acumulação de informações e de competências generalizadoras, defende a “concepção de experiência na sua condição subjetiva como fundante da formação e do desempenho profissional”. **Assis Leão da Silva** e **Alfredo Macedo Gomes** apresentam um estudo sobre a política de avaliação superior, com ênfase na atuação das CPAs. Com base em dados levantados, concluem os autores que “o SINAES, por meio da auto-avaliação, não tem conseguido instituir a prática da avaliação sistêmica baseada no paradigma subjetivista”. **Mara Regina Lemes De Sordi** também trata do tema das CPAs, mas agregando uma abordagem original: compara a implementação dessas comissões em escolas de uma rede de ensino fundamental com o modelo utilizado no âmbito do SINAES. Para a autora, “os resultados confirmam a importância da CPA como instância que promove o encontro dos atores sociais nos espaços coletivos para buscarem o aprimoramento da qualidade de ensino de forma organizada e plural”. Finalmente, confirma “as vantagens do uso das CPAs no ensino fundamental pela proximidade dos processos de avaliação dos atores internos e externos à escola”. **Oscar Álamo** e **Lisha Dávila** apresenta relações entre “ciência e tecnologia, educação e cidadania” e sua incidência na percepção dos avanços científicos e de inovação tecnológica por parte de cidadãos considerados como sujeitos políticos. Em sua abordagem crítica, considera principalmente a convergência de questões relacionadas à democratização do conhecimento, incerteza, risco e a participação da universidade, enquanto principal instituição de geração de conhecimentos na América Latina, em sua dimensão social. **Adriana Chiroleu** traça um panorama das principais tendências da educação superior na América Latina, focalizando especialmente três processos: a expansão da cobertura sem redução das desigualdades sociais nem inclusão plena, o desenvolvimento de processos de avaliação institucional sem melhoramento efetivo da qualidade das aprendizagens e a ênfase na formação de profissionais que subalterniza o compromisso e a responsabilidade social dos universitários. A produção científica da Revista Brasileira de Educação e da Revista Brasileira de História da Educação veiculada entre

2001 e 2007 é o objeto do estudo apresentado por **Marisa Bittar, Márcia Regina da Silva e Maria Cristina P. I. Hayashi**. As autoras encontraram particularidades na produção científica educacional e destacaram algumas características próprias da pesquisa em Ciências Humanas em geral, como: “índices elevados de publicação individual, predileção para utilizar como referências livros e capítulos de livros, frequência elevada de comunicação científica em fontes nacionais, entre outras características”. **Maria Cristina Guimarães da Costa, Cleber José Mazzoni, Luzmarina Aparecida Doretto Braccialli e Magali Aparecida Alves de Moraes** abordam a avaliação da prática profissional como estratégia de ensino e aprendizagem em uma Faculdade Pública de Medicina e Enfermagem. Concluíram que o “Exercício de Avaliação da Prática profissional mostrou-se potente instrumento de ensino e aprendizagem para formação de profissionais de saúde, porém o investimento permanente na capacitação docente se faz necessário”. **Waldemar Marques**, em seu artigo, discute as relações entre o trabalho docente e o trabalho de pesquisa, procurando explicitar em que aspectos eles se distinguem e em que aspectos estão fortemente interrelacionados. Destaca a ênfase comumente dada à pesquisa, em detrimento do ensino. Destaca ainda a fragilidade das condições de realização da gestão acadêmica como um importante obstáculo à “emergência de espaços de reflexão sobre os processos de construção e transmissão de conhecimentos que apontem para práticas pedagógicas inovadoras que explicitem e fortaleçam a interação necessária entre pesquisa e ensino”. **Humberto Marcondes Estevam e Selva Guimarães** estudaram a trajetória dos egressos do curso de mestrado em Educação da UFU. Dentre outros achados, observaram os seguintes: a maioria atua em instituições públicas, escolheria a mesma profissão, cursaria o Mestrado, optaria pela mesma área e escolheria o mesmo orientador, o medo da exclusão e da marginalização obriga o aperfeiçoamento acadêmico, o Mestrado em Educação da UFU é um ensino plural de qualidade para a formação de docentes e de pesquisadores. **Francisco Gonçalves e Ágata Aranha** apresentam resultados de um estudo sobre as bases de avaliação em cursos de educação física em Portugal. Dentre as principais conclusões, o estudo salientou a importância da formação na área de avaliação, especialmente no que se refere a saber como avaliar corretamente e a fazer com que os estudantes conheçam as estratégias e instrumentos de avaliação. **Afrânio Mendes Catani e Ana Paula Hey** trazem ao leitor brasileiro uma interessante apreciação crítica do livro *Evaluador*, do reconhecido intelectual, professor e novelista argentino, Noé Jitrik. Segundo Catani e Hey, nessa obra ficcional Jitrik “costura uma trama a respeito da criação de situações delirantes envol-

vendo o juízo sobre ações e valores intelectuais acerca daquilo que se impôs à sociedade com o nome de ‘avaliação’. O tom sarcástico adotado pelo autor/narrador, aparentemente desapaixonado, perpassa todo o livro, apresentando uma realidade com dupla face em que quase tudo possui e, ao mesmo tempo, não possui sentido pleno”. Um convite à leitura e à reflexão. Na sequência, encerrando com chave de ouro esta edição, um precioso documento. Trata-se de uma conferência intitulada “Relato Especulativo sobre dichas y desdichas de la Universidad” que Noé Jitrik pronunciou em 2007 na Universidade de Tandil, Argentina, abrindo o II Encuentro Latinoamericano “Universidad como objeto de investigación”. Esse evento foi organizado pelo saudoso Pedro Krotsch, com quem esta revista tem uma enorme dívida de gratidão e respeito, pela sua importante contribuição como membro do Conselho Editorial e autor de vários trabalhos. Essa belíssima e inteligentíssima conferência de Jitrik nos provoca a refletir. Boa leitura!

Errata: Na edição anterior, duas citações do artigo “*Avaliação docente em relação às novas tecnologias para a didática e atenção no ensino superior*”, de Luciana Marchiori, Juliana Melo e Wilma Melo saíram sem as aspas e os respectivos créditos de autoria. Os trechos corretos são os seguintes: 1. “É necessária uma reflexão sistemática sobre o melhor processo de concretizar uma visão integrada dos conteúdos e sobre qual é o papel das ferramentas computacionais nesta visão” (VEIT et al. 2002). 2. “A rápida evolução tecnológica que estamos presenciando, notadamente a partir da segunda metade do século passado, tem nos colocado frente a novos problemas que exigem também soluções inovadoras. Vivemos, hoje, uma evidente metamorfose do funcionamento da sociedade como um todo, das atividades cognitivas, das representações de mundo que é refletida na forma de aprendizagem e na maneira com a qual os professores avaliam esta aprendizagem”. (LÉVY, 1996). As autoras solicitam ainda que seja acrescentada a correspondente referência bibliográfica: LEVY, P. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996. 160 páginas.

José Dias Sobrinho, editor